PROCESSO CEE Nº 1345/71

INTERESSADO: Irmandade de Misericórdia de Taubaté

ASSUNTO: Enquadramento nos termos da Deliberação CEE nº 14/75 como Escola de Enfermagem de Taubaté, a nível de 2º grau, de Ensino Supletivo de Qualificação.

RELATOR: Cons. Pe. Lionel Corbeil

PARECER CEE Nº 852/76 - CSG. - Aprovado em 27/10/76

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO

- 1.1 A Escola de Auxiliar de Enfermagem de Taubaté, aprovada no seu Parecer nº 17/72, situada à Av. Granadeiro Guimarães, 270, Taubaté, solicita seu enquadramento nos termos da Deliberação CEE nº 14/75 como Escola de Enfermagem de Taubaté, a nível de 2º grau, de Ensino Supletivo de Qualificação Profissional.
- 1.2 A extinta Coordenadoria do Ensino Técnico considerando que o processo está normalmente instruído emitiu uma "Informação favorável em 04 de fevereiro de 1976, à pretensão da Escola. A Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas solicitou que seja encaminhado o requerimento ao Conselho Estadual de Educação, que tem competência para aprovar os planos dos cursos supletivos de acordo com o artigo 24 da Deliberação CEE nº 14/73. A seguir, a Secretaria da Educação o encaminhou ao Conselho.
- 1.3 Apesar de, no artigo 4 de seu regimento, a Escola mencionar a possibilidade de instalação de cursos supletivos. Qualificação IV e Qualificação III, bem como cursos de complementação e Suprimento, a solicitação de enquadramento à Escola de Enfermagem apresenta apenas os planos do curso supletivo correspondente à Qualificação III do artigo 13 da Deliberação CEE nº 14/73, correspondendo à Habilitação Parciais "Auxiliar de Enfermagem",
Junta também duas cópias do Regimento Escolar.

2. APRECIÇÃO

- 2.1 Em conformidade com os artigos 22 e 23 da Deliberação CEE nº 14/73, cabe a este Conselho pronunciar-se para fins de aprovação sobre os planos dos cursos supletivos por se tratar da Escola mantida por entidade particular. O seu regimento deverá ser apreciado pela Secretaria da Educação.

2.2 O objetivo de nosso Parecer refere-se unicamente ao Plano do curso supletivo de qualificação profissional III de "Auxiliar de Enfermagem", cuja apreciação passamos a fazer:

2.2.1 Os objetivos constam às fls. 10.

Os requisitos que devem preencher os candidatos para inscrição e matrícula, atendem às exigências mencionadas no artigo 13 da Deliberação CEE nº 14/75 - fls. 106.

2.2.2 Notamos que o currículo e a carga horária figuram às fls. 109 foram enriquecidos por uma parte diversificada de formação especial, de grande valia para esta habilitação parcial, e inclui também a forma pela qual os estudos serão desenvolvidos - fls. 101 e 102.

2.2.3 Todas as matérias profissionalizantes exigidas pelo artigo 11 da Deliberação CEE nº 14/75 estão incluídos, e mesmo acrescidas de outra do Técnico de Enfermagem, qual seja, a disciplina "Psicologia das Relações Humanas" que consta do catálogo anexo ao Parecer CFE nº 45/72 - somando 400 horas de carga horária - fls. 109.

2.2.4 Todavia, acreditamos necessário fazer reparos a duas matérias mencionadas no currículo.

2.2.4.1 Embora não conste do Catálogo de matérias indicadas na Deliberação CEE nº 18/72 "Nutrição e Dietética" e a Interessada não tenha solicitado explicitamente sua inclusão, este Conselho concorda em aprovar essa matéria tão importante no ensino de Enfermagem.

2.2.4.2 No item V do Plano está mencionado que a Enfermagem Ortopédica será tratada como disciplina, e no quadro curricular aparece uma outra denominação: Enfermagem Neuro-Ortopédica. Esta última não consta da relação da Deliberação CEE nº 18/72. Aliás, a Enfermagem Neurológica pode integrar a programação de outras matérias já constantes do currículo adotado, inclusive a própria "Enfermagem Ortopédica". O quadro curricular deverá, portanto, ser retificado de acordo com a Deliberação CEE nº 18/72: Enfermagem Ortopédica.

2.2.5 Quanto aos processos de avaliação, recuperação, promoção, foram eles tratados de maneira muito adequada a cursos - supletivos de qualificação como constatamos pela leitura das fls. 103 a 116.

- 2.2.6 Ao Estágio de Aprendizagem é atribuída a carga horária muito ampla de 700 horas, como, aliás, convém a uma habilitação que presta serviços específicos à comunidade, na área da preservação e recuperação da saúde - fls. 101-102-106 e 109.
- 2.2.7 A forma pela qual os estudos são desenvolvidos é amplamente tratada às fls. 101 e 102. O plano de estudos menciona outros itens como o Regime Escolar, às fls, 106, que faz referência à duração mínima do curso de 1.100 horas; Programas, Orientação Educacional e Coordenação Pedagógica, Certificados, Anexos sobre o Calendário Escolar e Cronograma, bem como alguns "curricula Vitae" de professores.

II CONCLUSÃO

1. À vista do exposto, votamos favoravelmente ao enquadramento da Escola de Auxiliar de Enfermagem de Taubaté, aprovada por este Conselho no seu Parecer CEE nº 17/72, como "Escola de Enfermagem de Taubaté" (Ensino Supletivo a nível de 2º Grau), nos termos da Deliberação CEE nº 14/75.
2. Ficam aprovados o Plano do Curso Supletivo de Qualificação Profissional III, de "Auxiliar de Enfermagem", bem como a matéria "Nutrição e Dietética" nele incluído. Os atos escolares até o presente praticados nessa escola são considerados regulares.
3. O quadro curricular deverá ser retificado no tocante à disciplina "Enfermagem Ortopédica" de acordo com a Deliberação CEE nº 18/72.
4. A Escola deverá recopiar o Plano do Curso em 3 vias devidamente rubricadas, com as correções indicadas, inclusive a denominação da escola, e remeter a este Conselho para as providências de praxe.

a) Conselheiro Lionel Corbeil

São Paulo, 27 de outubro de 1976

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: ARNALDO LAURINDO, JOSÉ AUGUSTO DIAS, HILÁRIO TORLONI, LIONEL CORBEIL, MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA e OSWALDO FRÓES.

Sala da CESG, em 29 de setembro de 1976

- a) Conselheiro Arnaldo Laurindo - No exercício da Presidência

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do 2º Grau, nos termos do voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 27 de outubro de 1976.

- a) Cons. Luiz Ferreira Martins
Presidente